



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 15, número 2, jul-dez, 2022, pág. 316-345.

FOGO NOS RACISTAS: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR

FIRE IN RACISTS: REPORT OF A PSYCHOSOCIAL INTERVENTION IN PSYCHOLOGY IN THE SCHOOL CONTEXT

FUEGO EN LOS RACISTAS: INFORME DE UNA INTERVENCIÓN PSICOSSOCIAL EN PSICOLOGÍA EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Paulo Roberto da Silva Junior
Suelen Martins
Marcelo Moreira dos Santos

RESUMO

Este texto tem como objetivo relatar e problematizar uma experiência de intervenção psicossocial proposta por acadêmicos de Psicologia e realizada em uma escola de Ensino Médio. A temática da intervenção versou sobre racismo, afirmação da identidade negra, redes sociais e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Os alunos de Psicologia construíram uma proposta após discussões teóricas sobre questões raciais e, logo em seguida, foram sugeridos encontros com os alunos secundaristas. Houve o momento de preparação/aquecimento do grupo, a atividade de construção coletiva e sistematização do trabalho e a avaliação do encontro realizado. Afirmamos que a intervenção psicossocial possibilitou produzir entendimentos sobre práticas racistas, assim como oportunizou enfrentamentos a partir do pensamento decolonial. Além disso, os alunos do Ensino Médio conseguiram ponderar a importância das tecnologias da informação e comunicação como um espaço a contribuir para um processo de ensino e de aprendizagem livre de perpetuações discriminatórias.

Palavras-chave: Intervenção psicossocial. Racismo. Redes sociais.

ABSTRACT

This text aims to report and problematize an experience of psychosocial intervention proposed by Psychology's students and carried out in a high school. The intervention theme was about racism, affirmation of black identity, social networks and the use of Information and Communication Technologies (ICTs). Psychology students built a proposal after theoretical discussions on racial issues and, soon after, meetings with high school students were suggested. There was the moment of preparation/warming up of the group, the activity of collective construction and systematization of work and the evaluation of the meeting held. We affirm that the psychosocial intervention made it possible to produce understandings about racist practices as well as



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

providing opportunities for confrontations from the decolonial thinking. In addition, high school students were able to ponder the importance of information and communication technologies as a space to contribute to a teaching and learning process free from discriminatory perpetuations.

Keywords: Psychosocial intervention. Racism. Social networks.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo relatar y problematizar una experiencia de intervención psicosocial propuesta por académicos de Psicología y realizada en una escuela de Educación Media. Las temáticas de la intervención psicosocial versaron sobre el racismo, afirmación de la identidad negra, redes sociales y el uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs). Los estudiantes de Psicología construyeron una propuesta a partir de las discusiones teóricas sobre cuestiones raciales y, después, fueron sugeridos encuentros con los estudiantes de secundaria. Hubo el momento de preparación/calentamiento del grupo, la actividad de construcción colectiva y sistematización del trabajo y la evaluación del encuentro realizado. Afirmamos que la intervención psicosocial permitió producir entendimientos sobre prácticas racistas, así como dio lugar a enfrentamientos basadas en el pensamiento decolonial. Además de esto, los alumnos de la Educación Media consiguieron ponderar la importancia que las tecnologías de la información y la comunicación tienen como un espacio para contribuir en un proceso de enseñanza y de aprendizaje libre de perpetuaciones discriminatorias.

Palabras clave: Intervención psicosocial. Racismo. Redes sociales.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto relatamos e problematizamos uma experiência de intervenção psicossocial (MACHADO, 2004; NEIVA, 2010) sobre os temas racismo, afirmação da identidade negra e uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), realizada durante os meses de outubro e novembro de 2019. A ação foi executada por discentes do curso de graduação em Psicologia de uma faculdade privada junto a alunos e alunas do Ensino Médio de um colégio privado da mesma rede de ensino da faculdade, na cidade de Belo Horizonte (MG). Foram realizados dois encontros entre os grupos, seguidos de uma apresentação dos produtos da intervenção em uma atividade do colégio no dia 20 de novembro (data que marca o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil). Durante todo o segundo semestre letivo de 2019, os grupos de



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

discentes da faculdade e do colégio realizaram discussões sobre os temas escolhidos, seja no sentido de desenvolver a proposta de intervenção, no caso do grupo de acadêmicos/as, seja com o propósito de serem sensibilizados/as para as discussões, no caso dos secundaristas. Ressaltamos que, desde o início da organização das atividades, a proposta da intervenção psicossocial foi a de construir ações que perdurassem ao longo do ano letivo e englobassem os diferentes atores do cotidiano escolar, a fim de romper com o viés de se discutir as questões raciais apenas nos dias 13 de maio (data em que se comemora a Lei Áurea, que revogou a escravidão no país) e 20 de novembro.

A Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), aprovada em 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.634, de 20 de dezembro de 1996, versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e privadas tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No Artigo 79-B, fica determinado que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o *Dia Nacional da Consciência Negra*. Dessa forma, as escolas passam a organizar o ano letivo com a realização de atividades para a celebração de Zumbi dos Palmares neste dia e de outros símbolos de afirmação da identidade negra durante o mês de novembro. Esse documento tem por intento promover a reparação das desigualdades entre as populações branca e negra no Brasil, já que pensar em uma educação de qualidade é também pensá-la sob a ótica de equidade racial.

Enquanto lugar de socialização, de construção de conhecimentos, de conflitos permanentes e do encontro com a diferença, a escola constitui-se como um espaço privilegiado e necessário para o debate sobre as questões raciais, que envolvem tanto a denúncia do racismo cotidiano e das profundas desigualdades raciais quanto a ressignificação da contribuição da cultura afro-brasileira para a construção do país e a valorização da identidade negra nos âmbitos social, cultural, político e psicológico. Mas, a despeito de toda a luta do movimento negro e da aplicação da Lei nº 10.639, verificamos que, no



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

âmbito escolar, a discussão sobre as questões raciais vem se restringindo aos dias 13 de maio e 20 de novembro (MARQUES; DORNELLES, 2019). Isso nos faz refletir que as escolas não são instituições fechadas em si mesmas; elas estão inseridas em contextos mais amplos e, por isso, as questões raciais devem ser pensadas e discutidas no conjunto das relações raciais (GOMES, 2005), relações estas que acontecem no cotidiano escolar e não somente nos meses de maio e novembro.

Compreendemos o *racismo* como uma ideologia essencialista que divide e hierarquiza a humanidade em raças que possuem características físicas comuns, as quais supostamente se configurariam como receptáculos de características morais, intelectuais e culturais, desigualmente atribuídas aos sujeitos pertencentes às diferentes raças (MUNANGA, 2004). Em vista disso, o lugar de inferiorização do negro, em diversas sociedades, inclusive na brasileira, se justifica e se legitima a partir do racismo, o qual propala a noção de que valores morais e características psicológicas são consequências diretas da natureza biológica – nesse caso específico, a cor da pele. O mito da democracia racial exerce, portanto, o papel de ora negar, ora invisibilizar os conflitos raciais e todas as violências raciais cometidas no Brasil contra negros e contra indígenas em nome de um projeto civilizatório que só trouxe e vem trazendo benefício para os membros da elite. O racismo e suas consequências são negados costumeiramente, e, como argumento atenuante, utiliza-se o aforismo de que somos todos mestiços, de que somos diferentes nas aparências, mas “iguais” nos direitos. A negação científica do conceito de raça não tem sido suficiente, desse modo, para a eliminação do racismo no nosso cotidiano, e, por isso, a sua manutenção como realidade sociológica se faz oportuna, pois somente dessa forma é possível denunciar os crimes de ódio racial e produzir enfrentamentos cotidianos a eles dentro de uma sociedade que os nega.

Como campo do saber-fazer comprometido com a compreensão das desigualdades sociais brasileiras e com a construção de respostas para o enfrentamento do racismo e de suas consequências, a Psicologia vem firmando



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

sua presença no debate sobre as questões raciais pelo menos há duas décadas, desde o trabalho desenvolvido por Carone e Bento (2002). O caminho percorrido entre as produções da Escola Nina Rodrigues, na década de 1930, que orientou o pensamento higienista em relação à população negra, e os estudos sobre branquitude e branqueamento, que convidam as pessoas brancas a se pensarem como racialmente marcadas na sociedade, revela o compromisso firmado pela Psicologia no que diz respeito a uma perspectiva progressista que compreende a raça enquanto construto social e o racismo do ponto de vista psicossocial, e não psicologizante (SCHUCMAN; MARTINS, 2017). De um passado fortemente marcado pela cumplicidade com o racismo, hoje podemos enaltecer uma Psicologia Social do Racismo empenhada em produzir teorias e práticas antirracistas que desnaturalizam a desigualdade racial e aspiram ao combate efetivo das assimetrias raciais (MAYORGA; DONATO; BORGES; SOUZA, 2013).

O desafio apresentado por esta intervenção psicossocial envolveu, por um lado, o engajamento educacional da instituição de ensino básico com a aplicação da Lei nº 10.639/96 e com a criação de espaços permanentes de debate sobre as questões raciais junto ao grupo discente e, por outro, o fortalecimento de uma formação em Psicologia comprometida tanto com a experiência de extensão comunitária, na perspectiva do diálogo e da colaboração comunitária para a transformação da sociedade (XIMENES; MOURA JR., 2013), quanto com a luta pelos direitos humanos e a luta antirracista. A partir de uma postura de abertura para o aprendizado afetivo e problematizador, bem como de atenção para o não reforçamento das hierarquias geracionais e de níveis diferentes de conhecimento, buscamos, dessa forma, construir um espaço de prática acadêmica atrelada ao processo de ensino/aprendizado, como é próprio de uma perspectiva crítica da extensão universitária (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020), fazendo cumprir o papel da escola e da universidade, qual seja, o de serem ambientes potencializadores da transformação social.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

2 PSICOLOGIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PARA QUÊ? PARA QUEM? POR QUEM?

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram emblemáticos pelo fortalecimento de diversos questionamentos relacionados à perspectiva elitista da Psicologia então praticada e estudada em solo brasileiro, pois esta era marcada por uma robusta aproximação com a Psicologia estadunidense, de orientação essencialmente experimental e individualista (FERREIRA NETO, 2004). Tal aproximação erigiu uma monopolização do exercício da Psicologia nos consultórios e nas organizações, como empresas, escolas e hospitais, a fim de responder aos interesses das elites detentoras do capital. Uma psicologia elitizada, em suma, que pouco se aproximava das comunidades, dos problemas do analfabetismo, da desigualdade social, da violência, das assimetrias raciais, ocupando-se em atender primordialmente aos ditames do capitalismo em busca de um sujeito adaptável às mais diferentes situações impostas pelo desenvolvimentismo industrial. Ao se aproximar dessa realidade, os paradigmas teóricos e metodológicos eram incapazes de capturar as vicissitudes do campo psicossocial e alheios à realidade brasileira, fazendo uma transposição direta e irrefletida do modelo clínico para a questão social.

A fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980, trouxe uma proposta de reformulação dos problemas, teorias e metodologias de intervenção, em busca da construção e formalização de uma Psicologia Social Latino-americana pautada na noção de um sujeito socio-histórico, em uma não universalização das experiências, na participação ativa do sujeito por meio de metodologias dialógicas, no método dialético como lente para a leitura das relações sociais e na busca da transformação social como horizonte ético e político (MONTERO, 1984). Reformulou-se, portanto, o papel do psicólogo e da psicóloga social, aproximando-se de uma práxis transformadora, conforme asseverou Martín-Baró (2011). Para isso, segundo o



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

autor, era fundamental uma reestruturação dos currículos universitários para a produção de uma ciência com consciência.

A efervescência de transformações epistemológicas desse período colocou em xeque a relação entre ciência e sociedade: qual o tipo de diálogo que se pretende com aqueles/as que estão fora da universidade? Além do ensino, colocam-se sob ataque a pesquisa e a extensão universitária, a partir do questionamento do lugar confortável ocupado por acadêmicos/as na Torre de Marfim da universidade. Surge, dessa forma, uma visão crítica e reflexiva da ciência, convidando a comunidade acadêmica a rever sua relação assistencialista com a sociedade e a assumir uma postura de diálogo, de maneira a extrapolar seus muros físicos e institucionais, a conhecer demandas inimagináveis e a ensinar aprendendo com o diferente, o desconhecido e o esquecido.

Cabe destacar que, em sua gênese, a implementação do Ensino Superior no Brasil seguiu um modelo – pautado nas experiências de países como Alemanha e França – que destaca o papel social e as funções clássicas da universidade: conservação e transmissão da cultura, ensino das profissões e ampliação/renovação do conhecimento, representando, dessa forma, um compromisso com os ideais liberais, a ascensão do capitalismo e os interesses das classes dominantes (MAZZILLI, 2011). O papel social da universidade vai sofrer uma inflexão decisiva a partir do movimento contestatório ocorrido na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, que defendeu a universidade como um patrimônio de toda a sociedade, e não apenas da pequena parcela de pessoas que a frequenta. As perguntas *para quê?*, *para quem?* e *por quem?* vão redirecionar o debate sobre a função social da universidade, deslocando-o para um compromisso da universidade com o povo. Nesse novo paradigma, a extensão universitária vai se consagrar como o instrumento precioso para o estudo dos problemas sociais, favorecendo o diálogo com a sociedade e com o povo que não tem a oportunidade de frequentar o espaço acadêmico.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Assim, a universidade, como um espaço de produção do conhecimento, de preparação dos indivíduos para suas funções produtivas e para uma atuação crítica e reflexiva diante dos problemas sociais (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020), passa a se organizar em três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino promove a difusão do conhecimento e da cultura acumulados pela sociedade e a construção de novos conhecimentos, que, unificados aos antecedentes, abrangem e fortificam a propriedade intelectual com o corpo social. A pesquisa científica é capaz de explorar e investigar a realidade, o que auxilia na compreensão de diferentes fenômenos e promove novos ensinamentos. Por fim, a extensão reúne o ensino e a pesquisa em uma única esfera, deixando o saber acadêmico à disposição da transformação da sociedade, bem como intensificando sua grandeza diplomática, histórica e social.

Diferentes experiências e concepções sobre a extensão universitária se misturam e convivem dentro das instituições, seja a concepção assistencialista, cuja assistência à população se dá por meio da transferência unilateral de conhecimento aos grupos sem acesso ao conhecimento científico ou atuação técnica diante de determinados problemas sociais; seja a concepção crítica, na qual a extensão universitária passa a cumprir o papel de fortalecer a função social da universidade de democratizar crítica e reflexivamente o conhecimento científico e de melhorar a vida da sociedade a partir de um modelo dialógico e integrado com a comunidade (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020). Assim, a partir dessa última concepção, a extensão universitária visa a contribuir com a função de ouvir outras falas, dialogar com sujeitos invisibilizados, escalar ou derrubar os muros construídos e de questionar as certezas inabaláveis produzidas pela academia. Cabe, portanto, à extensão redimensionar o papel do ensino e da pesquisa em direção à realidade, ao compromisso da universidade com os problemas sociais, mas não assumindo sozinha essa tarefa.

Em relação ao ensino superior privado, que responde por 75% das matrículas nesse nível de ensino no país e é constituído por estabelecimentos



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

laicos e confessionais, de natureza jurídico-privada, subordinados a uma legislação federal (SAMPAIO, 2011), o debate sobre a extensão universitária tem sempre um olhar depreciativo e utiliza o discurso do ensino público como parâmetro, afirmando de modo considerável que a formação acadêmica no setor privado se dá desvinculada da pesquisa e da extensão universitária (FIEDLER, 2007). Todavia, da mesma forma que no ensino público, no ensino privado as diferentes concepções de extensão universitária se misturam e convivem, configurando um rol de atividades que perpassam a realização de eventos, festas, bolsas e descontos estudantis, cursos livres, programas oferecidos para a comunidade dentro da instituição e atividades oferecidas à comunidade na perspectiva extramuros. Em resumo, a extensão universitária no setor privado é tão contraditória quanto no setor público e, nesse sentido, não deve ser vista apenas a partir do seu viés lucrativo para a instituição, mas como uma atividade que se estende para fora dos muros acadêmicos, que desafia e estimula a produção de conhecimento e o enfrentamento dos problemas sociais.

Em relação à área de Psicologia, a Psicologia Social vem, especialmente, assumindo uma postura de igualdade entre os atores – universidade e comunidade – em prol das práticas extensionistas (XIMENES; MOURA JR., 2013). A denúncia das desigualdades sociais e a proposição de intervenções que visem a transformar a realidade social têm sido empreendidas a partir de posturas dialógicas, cooperativas e afetivas, que lançam mão de técnicas e procedimentos que colocam os sujeitos em interação social, compartilhando experiências e cuidando para que as diferenças de saberes não se transformem em opressões e desigualdades.

Pautando-se nesses princípios, realizamos uma intervenção psicossocial em Psicologia, conduzida por alunos/as de graduação em Psicologia de uma instituição privada, compromissada com a transformação das condições adversas vivenciadas por determinados grupos na sociedade (para quê?) ao problematizar o racismo brasileiro; voltada para alunos/as do Ensino Médio de



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

uma instituição privada, mas com alcance para suas redes de sociabilidade e para os grupos afetados pelo racismo (para quem?); e sendo realizada por discentes do Ensino Superior em diálogo, interação e trocas com discentes do Ensino Médio (por quem?). As dimensões ética e política da Psicologia Social Comunitária, conforme proposto por Montero (1994), que nos convidam a pensar o potencial de transformação de uma intervenção e a propriedade comum do conhecimento produzido, nos serviram como balizadores da intervenção psicossocial na construção de uma ação que permitisse extrapolar os muros das salas de aula e colocar todos/as na construção de um mundo mais justo e igualitário.

3 TICS E RELAÇÕES RACIAIS: A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA POR MEIO DE UMA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

A proposta de intervenção psicossocial foi elaborada pelo docente da disciplina de Intervenção Psicossocial do 9º período do curso de Psicologia da Faculdade Arnaldo e pela docente de Língua Portuguesa das turmas de 1º ano do ensino médio do Colégio Arnaldo. O objetivo principal foi o de promover um espaço de discussão sobre o racismo e a afirmação da identidade negra a partir do uso das redes sociais e das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) como veículos difusores das estratégias de inferiorização racial e de enfrentamento ao racismo.

A disciplina de Intervenção Psicossocial tem como propósito discutir aspectos teóricos, metodológicos, éticos e políticos da intervenção psicossocial, compreendida como um método que articula pesquisa e ação com foco na construção e transformação de conhecimentos em grupos, organizações e instituições, mediante estratégias pautadas no diálogo e na construção de mudanças (NEIVA, 2010). A intervenção psicossocial analisa a demanda e o saber de grupos, propondo que o caminho da ação seja gerido pelo coletivo,



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

composto por interventores/as e participantes, e atentando-se para questões como a análise da implicação e as redes de colaboração (MACHADO, 2004).

O trabalho com o grupo de acadêmicos foi iniciado com discussões teóricas e metodológicas acerca da construção de uma proposta de intervenção psicossocial, seguida de debates sobre os temas do racismo e seus efeitos psicossociais, estratégias de enfrentamento ao racismo, a valorização da identidade negra, o papel das redes sociais na cultura do racismo e na resistência individual e coletiva à opressão racial. A partir dessas discussões e seguindo as orientações metodológicas sugeridas por Neiva (2010) e Afonso (2002), o grupo de acadêmicos construiu uma proposta com os seguintes tópicos: 1) Foco da intervenção (tema/problema); 2) Justificativa teórica (qual é a importância de apresentar respostas/intervenções para o problema mapeado, levando em consideração o contexto social brasileiro?); 3) Objetivo geral e objetivos específicos; 4) Participantes (qual é o público foco da ação?) e enquadre (regras de funcionamento); 5) Recursos financeiros/materiais necessários; 6) Recurso humano necessário; 7) Cronograma de atividades e temas por encontro; 8) Detalhamento dos encontros (coordenação, temas geradores, objetivos, técnicas, pontos a enfatizar, resultados esperados); 9) Proposta de avaliação da intervenção; 10) Proposta de registro da intervenção. Os 32 discentes que cursaram a disciplina de Intervenção Psicossocial foram divididos em 04 grupos e todos participaram da etapa de elaboração das propostas de intervenção.

O planejamento das atividades deveria prever a realização de 02 encontros com os grupos de discentes do Ensino Médio, com duração de 1h30min, realizados durante o horário de aula do grupo secundarista. Participaram da intervenção duas turmas da 1ª série do Ensino Médio, uma do turno da manhã e outra do turno da tarde, totalizando 47 discentes, que foram divididos em 04 grupos de aproximadamente 15 integrantes, somando-se os/as interventores/as. As atividades foram realizadas no horário da aula de Língua Portuguesa, e a docente responsável já vinha discutindo com as turmas temas



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

relacionados às questões raciais e ao uso das tecnologias de informação e comunicação na propagação do racismo e no seu enfrentamento.

Dessa forma, foram realizadas 04 intervenções com o mesmo foco, mas com atividades e conteúdos diferentes. Os dois encontros foram realizados nos dias 28 de outubro e 04 de novembro de 2019, e os produtos construídos foram apresentados na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, no Colégio Arnaldo. Com a disciplina de Intervenção Psicossocial sendo ofertada no período noturno e a intervenção acontecendo no período da manhã e da tarde, nem todos os acadêmicos puderam participar dos encontros, diante dos compromissos de trabalho e estágio de vários.

Os encontros foram realizados utilizando-se da técnica grupal oficina de dinâmica de grupo, que possibilita o compartilhamento das situações vivenciadas e propicia a identificação entre os participantes (AFONSO, 2002). A identificação, a abertura para a comunicação e para a exposição de dúvidas, emoções e medos, além da existência de objetivos comuns, auxiliam para um desenvolvimento positivo do grupo, sem fins terapêuticos, pois se limitam ao foco e não objetivam a análise psíquica profunda de cada participante. Dessa forma, a oficina de dinâmica de grupo constitui-se como uma metodologia participativa, que busca trabalhar a tarefa interna e a tarefa externa por meio da dinâmica psíquica de cada indivíduo e dos vínculos que esses estabelecem com o grupo.

Os dois encontros foram realizados seguindo a proposta sugerida por Afonso (2002), contendo três momentos: 1) Preparação/aquecimento: utilização de atividades e dinâmicas para aquecer os participantes, promover a reflexão e a troca de experiências e prepará-los para a tarefa grupal; 2) Atividade de trabalho: construção de forma coletiva e participativa de um produto a partir de uma tarefa de trabalho; 3) Sistematização: realização de sistematizações do trabalho grupal e a avaliação do encontro realizado. Como estratégias para a etapa de atividade de trabalho, os grupos realizaram discussões sobre: A) o Dia da Consciência Negra; B) a temática: racismo tem



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

graça?; C) o vídeo “A corrida dos privilégios”; D) o vídeo “Negro não faz sucesso no *Youtube*”; E) o vídeo “*Doll Test* – os efeitos do racismo”; F) o vídeo “Orgulhosamente preto – Câmera escondida”; G) o racismo linguístico e o uso de expressões racistas; H) casos de racismo nas redes sociais; I) vídeos sobre racismo estrutural; J) a representação de pessoas negras na mídia; K) a crença no anonimato e na impunidade como favorecedor do racismo na *internet*; L) *youtubers* que atuam no combate ao racismo nas redes sociais; M) a representatividade negra nas redes sociais a partir dos conteúdos que eles mesmos consomem; N) a frase: “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”.

Todos os planejamentos foram avaliados pelos docentes responsáveis antes da realização dos encontros, e os grupos receberam uma devolução sobre a proposta antes de executá-la. Acreditamos na importância da flexibilidade, sobre a qual os coordenadores necessitam estar atentos, acompanhando o andamento grupal, tendo ciência de que isso pode implicar alterações no planejamento, e sempre abertos ao novo, ao contraditório, ao inesperado, pois essa postura acentua a capacidade humana de autonomia, de criar novas formas sociais, leis, linguagens, culturas, ideias, costumes, sem se enclausurar em formas heterônomas já instituídas (Machado, 2004).

Conforme sugerido por Mainardes e Carvalho (2019), autodeclarámos os seguintes princípios e procedimentos éticos adotados na intervenção psicossocial:

1. Consentimento dos participantes: todos os alunos e alunas foram consultados/as sobre o interesse em participar da intervenção. Não identificamos nenhuma oposição à participação nos encontros;
2. Obtenção de permissão de autoridades: a intervenção foi devidamente autorizada pelas coordenações da Faculdade e do Colégio;
3. Anonimato e confidencialidade: os alunos e alunas foram avisados/as acerca do anonimato e da confidencialidade dos seus



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- dados pessoais durante todo o processo de intervenção, análise e publicação dos resultados;
4. Benefícios: a intervenção não gerou benefício direto para os atores sociais envolvidos. Como benefícios secundários, consideramos a ampliação de conhecimentos, a reflexão sobre posturas e comportamentos e o aprendizado de forma coletiva sobre as temáticas relacionadas às relações étnico-raciais;
 5. Riscos: a intervenção não gerou nenhum tipo de risco direto para os atores sociais envolvidos. Como riscos secundários, identificamos situações de embaraço e constrangimento por parte dos atores sociais diante de algumas discussões, as quais foram atenuadas prontamente pela equipe de interventores/as;
 6. Dilemas éticos vivenciados: não foram identificados dilemas éticos ao longo da realização dos encontros.

4 FOGO NOS RACISTAS: POR UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

Enquanto ação afirmativa, compreendemos a Lei nº 10.639 como parte integrante das

políticas públicas e privadas positivas que visam cessar os efeitos da discriminação por motivo de origem, raça, sexo, cor, idade, compleição física e quaisquer outras formas de discriminação. [...] Fundadas na justiça compensatória e na justiça distributiva, as ações afirmativas buscam ajustar o desequilíbrio social, decorrente das injustiças do passado e do presente, em combate à discriminação arraigada na cultura do povo. (CECCHIN, 2006, p. 326).

Nesse sentido, consideramos que essa lei permite aos alunos negros e alunas negras o reconhecimento e a valorização de sua história, de sua identidade e de sua ancestralidade como um dos pilares formadores do construto social brasileiro como o conhecemos atualmente. Além disso, essa lei se configura como um instrumento eficiente de desconstrução de mentalidades



Revista **AMAZônica**, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

e práticas tidas como preconceituosas e discriminatórias, bem como é uma forma de reparação de uma dívida social para com os descendentes do povo negro. De acordo com Santos, Pinto e Chirinéa (2018), a implementação da lei promoveria a morte do *epistemicídio*, um processo de apagamento das contribuições dos negros e negras e de sua história em nossa sociedade.

Apesar da validade da sua proposta e dos sete anos de sua criação (1996-2003), há dificuldades no que tange à implementação da Lei nº 10.639 e que a tornam vulnerável no ambiente escolar. Segundo Almeida e Sanchez (2017), os principais desafios são a formação de professores e professoras, a disponibilidade e divulgação de recursos para o ensino e a intolerância religiosa. Quase nunca há treinamento para os e as docentes a fim de haver um trabalho consistente com as questões étnico-raciais, e, quando um ou uma docente resolve encabeçar um projeto, é devido à sua motivação pessoal para ler, para estudar e para executar esse trabalho. Como se não bastasse, há, em grande parte das escolas, resistência por parte de professores, professoras e de gestores e gestoras, pois a maioria não entende a lei devido a uma defasagem em sua própria formação acadêmica, em geral feita antes do ano de 2003, condição que não contempla plenamente esse debate.

Os e as docentes da área de História são quase sempre responsáveis pelos projetos envolvendo questões étnico-raciais, mas os trabalhos interdisciplinares são mais raros. Quanto ao argumento relacionado à dificuldade de materiais disponíveis para consulta, fazemos uma crítica a ele, uma vez que o Portal Capes¹ registra atualmente o significativo número de 126 trabalhos acadêmicos sobre a lei. Por mais que pareça pouco, essa fonte está disponível gratuitamente para diversos leitores. Por fim, a intolerância religiosa pode agravar a dificuldade de implementação da Lei nº 10.639, uma vez que grande maioria das escolas adere à prática de Ensino Religioso confessional, o que dificulta, por exemplo, a discussão respeitosa sobre religiões de matriz

¹ Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/> >. Acesso em 04 abr. 2021.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

africana, pois ainda vigora no país uma visão negativa e deturpada dessas práticas religiosas.

Na tentativa de fazer frente a este estado de vulnerabilidade da aplicação da Lei nº 10.639 no âmbito escolar, o Colégio Arnaldo, no qual a intervenção psicossocial foi realizada, vem incentivando docentes a abordarem o tema da cultura afro-brasileira de forma interdisciplinar, seja a partir da inclusão de discussões que fazem parte das diferentes disciplinas ou por meio de atividades interdisciplinares ao longo do ano, que devem ser apresentadas para toda a comunidade escolar no dia 20 de Novembro em uma ação que envolve todo o Colégio. Como resultado, foi a partir desse incentivo à interdisciplinaridade que os/as docentes responsáveis pela intervenção psicossocial se uniram para fazer uma ação que extrapolasse tanto os muros do Colégio quanto os muros da Faculdade.

Por intermédio dos relatos produzidos e compartilhados pelos acadêmicos/as, foi possível perceber um envolvimento muito grande por partes dos/as secundaristas nas atividades propostas, sendo que estes/as tinham um vasto conhecimento sobre o histórico da população negra no Brasil e sobre a importância de se falar sobre o tema do racismo no ambiente escolar. Isso nos permite supor que estes são assuntos que já fazem parte do currículo escolar adotado pela escola e da trajetória individual dos/as mesmos/as. Sendo assim, o vasto conhecimento prévio dos/as participantes abalou os planejamentos construídos pelos/as acadêmicos/as, exigindo deles/as uma reconfiguração na forma de abordar o tema, com o fito de lançar novas provocações e de reconhecer que o lugar do conhecimento pode se deslocar quando se insere em um contexto de interação social. Nos diálogos em sala, seguindo os pressupostos da intervenção psicossocial e sua abertura para a mudança de rotas estabelecidas (NEIVA, 2010), os grupos foram orientados a rever os planejamentos e construir novas propostas para o segundo encontro.

O tema dos privilégios foi abordado por todos os grupos. Os/as acadêmicos relataram que os/as participantes, por se tratarem de um público



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

majoritariamente branco e de classe média, se viam como privilegiados/as nas relações sociais cotidianas. Nesse sentido, foi importante trabalhar com eles/as a noção de que os privilégios podem ser usados como forma de contribuir para que populações e grupos em condição de opressão racial tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Tal intervenção representa, portanto, o compromisso da Psicologia com a luta antirracista, bem como, ao mesmo tempo, deixa explícito o conjunto de mecanismos de opressão dos/as negros/as em função dos seus traços físicos e da cor da sua pele, o qual cria, assim, lugares de privilégios para determinadas pessoas; em todo caso, a intervenção aponta caminhos para o seu enfrentamento via reparação social por parte daqueles/as que detêm os privilégios na sociedade (SCHUCMAN, 2010).

Foram relatadas por parte de alguns/mas poucos/as alunos/as negros/as que participaram das atividades situações em que foram vítimas de racismo. Estes relatos foram considerados importantes pelos/as acadêmicos/as, pois legitimaram a necessidade e a urgência em se falar sobre o tema. Do mesmo modo, as intervenções produzidas pelos/as interventores/as foram realizadas no sentido de dialogar com os/as participantes acerca da importância da ressignificação positiva das imagens negativas criadas pela discriminação racial, como um dos aspectos da luta antirracista, pois o racismo impacta as subjetividades negras e exige formas diferenciadas de cuidado em sua singularidade (VEIGA, 2019).

Servindo de exemplo bastante atual desse impacto, um ponto muito importante observado foram as discussões que surgiram em todos os grupos em torno de uma fala do então candidato à presidência da república em 2018, Jair Bolsonaro, que à época, num comício, disse que “aqui no Brasil não existe isso de racismo” (RAMOS, 2018). Como essa fala foi repetidamente divulgada pela mídia, o assunto acabou surgindo nos encontros, tornando-se necessário que fosse debatido. Foi unânime a resposta em todos os grupos de que existe, sim, racismo no Brasil. Assumir que a democracia racial é um mito e que o racismo é atualizado, perpetuado e legitimado cotidianamente, tomando a noção de



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

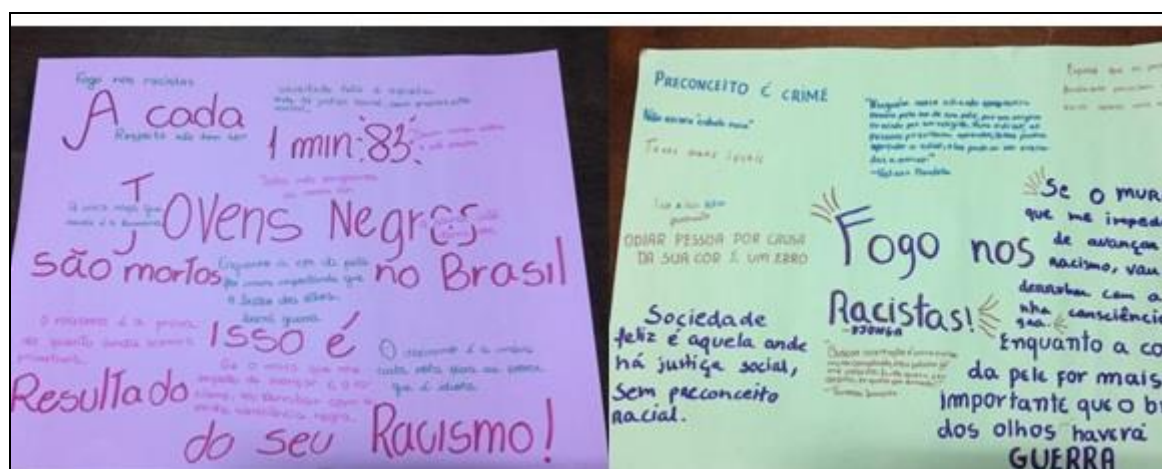
raça como um marcador da diferenciação entre os sujeitos, tem sido, portanto, uma das principais contribuições da Psicologia para uma luta antirracista. Assim, rebater a fala do atual chefe da nação e afirmar coletivamente que o Brasil ainda é um país racista representa esse pacto da Psicologia com todas as formas de eliminação do racismo na nossa sociedade.

Outra construção digna de nota foi o reconhecimento de que o racismo deve ser combatido nas atitudes diárias e que o Dia da Consciência Negra é muito relevante, sendo um marco na luta dos negros no Brasil, mas que é essencial, no entanto, que a luta contra o racismo ocupe todos os lugares da sociedade durante todos os dias do ano. Tal análise dos/as participantes coaduna-se com a discussão que fizemos quanto à importância de não restringir o debate sobre a ação afirmativa a uma data comemorativa. Para isso, é importante que todo dia seja Dia da Consciência Negra, e, com esse intuito, a aplicação da Lei nº 10.639 é de fundamental importância, pois ela pode pautar no cotidiano escolar uma discussão racial de forma transversal, não se restringindo aos conteúdos da disciplina de História.

Esses primeiros relatos das intervenções corroboram nossa análise de que a extensão universitária configura-se, portanto, como um mecanismo que visa a colocar sujeitos com trajetórias tão diferentes em diálogo, em postura de mútua aprendizagem e compartilhamento de saberes. A intervenção psicossocial, enquanto método que se abre para a construção coletiva e para a produção de mudanças em grupos e coletividades (NEIVA, 2010), propiciou que as equipes interventoras revisassem os seus saberes, ou a ausência deles, e se colocassem em uma postura de aprendizado, acessando outros mundos, abrindo-se para escutas antes não imaginadas e acolhendo discursos que apontavam para a dor e o sofrimento diante das experiências de racismo. A perspectiva de uma Psicologia Preta ou uma Psicologia descolonizada (VEIGA, 2019), ou, ainda, de uma Psicologia Social do Racismo (MAYORGA; DONATO; BORGES; SOUZA, 2013), se apresentou com o imperativo de buscar, ao mesmo tempo, um diálogo sobre os fatores

psicossociais que sustentam o preconceito racial e incentivar a criação de estratégias para o seu enfrentamento. Como resultado de cada encontro, os grupos foram convidados a expressar as sínteses de forma artística, a partir de textos, desenhos, imagens e outras produções, como podemos ver na Foto 1.

Foto 1 – Cartazes produzidos pelos grupos na intervenção psicossocial



Fonte: Fotografia dos/as autores/as.

Para mais, em alguns grupos foram produzidos cartazes individuais e os/as participantes fotografaram uns aos outros com os cartazes nas mãos. Por uma questão de respeito à privacidade dos/as mesmos/as, não compartilharemos aqui essas fotografias.

A Psicologia antirracista, a qual temos defendido ao longo deste texto, apresentou-se na intervenção psicossocial de forma posicionada e descolonizadora dos saberes, abrindo-se para a discussão sobre o racismo institucional, a desigualdade no acesso a direitos, o extermínio da juventude negra, a violência contra as mulheres negras e a importância que a ressignificação positiva da identidade negra tem alcançado nos últimos anos, especialmente no contexto midiático por meio do uso das TICs.

TIC é uma sigla para tecnologias de informação e de comunicação, caracterizadas pela convergência entre *hardware* e *software* para a automação de processos e para o compartilhamento de informações. São exemplos de



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

TICs o computador, a *internet*, a televisão, o rádio e o telefone celular, dentre outros. A presença das TICs está entrelaçada ao conceito de *sociedade do conhecimento*, uma ideologia criada pelo capitalismo e, de acordo com Santos (2011), estabelecida no mundo hodierno como

[...] a junção das configurações e dos modos de aplicação das tecnologias da informação e da comunicação em todas as suas possibilidades, a partir da ciência e da técnica, na definição da produtividade e na busca da competitividade das economias internacionais. (SANTOS, 2011, p. 8).

Sendo assim, esse trecho condiz com a ideia de que essa sociedade trata o conhecimento como uma mercadoria que precisa ser consumida por um sujeito responsável pela busca e pela produção desse saber. Um dos pilares da sociedade do conhecimento é a busca pela inovação e pelo desenvolvimento tecnológico, como bem trouxe à luz Santos (2011). A escola, inserida nessa lógica, rende-se a esse sistema, o qual a faz demandar intensamente a inserção da tecnologia em suas dependências. Logo, inserir essas tecnologias no ambiente escolar pressupõe o uso e o reconhecimento da multimodalidade que lhes são inerentes, assim como o acesso a novas formas de conceber o mundo que circunda os alunos. Por multimodalidade, entendemos as mais variadas formas de comunicação que se valem de aspectos linguísticos, como a escrita e a oralidade, de aspectos visuais, como imagens, fotografias, de aspectos gestuais, como os diversos movimentos corporais.

Contemporaneamente, as escolas enfrentam o desafio de inserir as tecnologias em sua rotina, uma vez que vêm ensinando da mesma maneira há décadas, há séculos, e quase sempre essas instituições de ensino ficam obsoletas devido aos rápidos e sucessivos avanços tecnológicos, os quais não conseguem acompanhar. Essa perene realidade educacional reforça a afirmação de que “tanto professores como alunos temos a clara sensação de que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2003, p. 11). Mesmo diante dessa dificuldade, afirmamos que o uso de TICs constitui uma relevante ferramenta para aprendizagem na escola, uma vez que é possível por meio delas integrar textos, permitir a escrita de textos

Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

multimodais, experimentar várias versões de uma mesma atividade, simular situações, interagir e cooperar. Ainda corroborando Moran, Masetto e Behrens (2003), ensinar com mídias virtuais é uma evolução e uma oportunidade de mudarmos paradigmas convencionais de ensino que só distanciam professores e alunos.

Nesse viés, o uso das TICs ajuda na consolidação da Lei nº 10.639, na medida em que permite que, por meio de textos multimodais, professores, interventores e alunos possam evidenciar seus conhecimentos sobre a história do povo negro. O *Instagram* é considerado uma TIC, posto que pode funcionar como uma ferramenta colaborativa, e um perfil foi criado nessa rede social, conforme mostra a Imagem 1, por um dos grupos da presente intervenção psicossocial para o compartilhamento de conteúdos trabalhados nos encontros e posteriormente a eles, uma vez que o perfil se encontra em atividade até o momento.

Imagem 1 – Perfil no *Instagram* criado por um dos grupos



Fonte: Elaborada pelos/as autores/as.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A partir da página criada no *Instagram*, os/as alunos/as puderam demonstrar suas reflexões sobre as questões étnico-raciais de maneira autônoma e inovadora, respaldando assim o intento da Lei nº 10.639 e propondo debates frutíferos do ponto de vista educativo contra o racismo. Com base nessa iniciativa, concluímos que essa rede social ajuda na criação de uma comunidade de aprendizagem em plena sociedade do conhecimento. Como as tecnologias de informação e comunicação ajudam o aluno a enxergar o mundo de uma maneira menos limitante e se contrapõem ao modelo padronizado de ensino, certamente elas representam um caminho para a democratização do saber que envolve a história afro-brasileira.

Diversas têm sido as maneiras de enfrentar o racismo e seus efeitos psicossociais no contexto contemporâneo, seja com medidas que perpassam as ações coletivas, seja por meio da via judicial ou da promoção de uma psicoeducação (RIBEIRO, 2017). Ampliar opções atitudinais assertivas, garantir o direito de expressão e colocar-se em posição de autoridade na relação com as pessoas têm sido estratégias de intervenção psicológicas antirracistas sugeridas no sentido de criar uma ressignificação positiva da experiência de ser negro/a em uma sociedade que perpetua e reatualiza o racismo cotidianamente. Como resultado desse processo, vemos surgir uma quantidade enorme de criadores/as de conteúdos que pautam as questões raciais nas redes sociais, a partir da denúncia e do empoderamento negro. Sabemos que estas figuras têm o potencial de criar novas referências e incentivar a valorização da cultura negra no nosso contexto social, e, por isso, um dos grupos foi incentivado a apresentar quais são os/as *youtubers/ influencers* que eles seguem nas redes sociais, conforme pode ser visto na Foto 2.

Foto 2 – *Youtubers/influencers* que os/as participantes seguem nas redes sociais



Fonte: Fotografia dos/as autores/as.

Chama a atenção a pouca menção a referências a *youtubers/influencers* reconhecidamente negros/as nas listas produzidas pelos grupos, estimativa talvez influenciada pelo fato de eles serem majoritariamente compostos por alunos/as brancos/as, o que em si não impediria a aparição de pessoas negras como referência. No entanto, ressaltamos a presença de canais como Porta dos Fundos e Felipe Neto, que vêm produzindo conteúdos que problematizam o racismo no nosso cotidiano.

A partir da experiência de intervenção, chegamos à conclusão de que não podemos desconsiderar o uso das TICs no ambiente acadêmico e colegial, tampouco afastá-las das abordagens sobre questões étnicas. O uso das tecnologias de informação e de comunicação, como afirma Santos (2011), “suscita progressivamente, como por impregnação, um novo modo de ser do homem em todas as esferas da vida social” (SANTOS, 2011, p. 26). Por outras palavras, as TICs promovem a ruptura de algumas práticas de aprendizagem ultrapassadas e da perpetuação de ideologias segregacionistas ao abrir possibilidades para a equidade e para a promoção de mudanças acadêmico-sociais quanto a um quadro de violência, de silenciamento e de discriminação dos negros, por intermédio de textos multimodais de viés crítico.

Durante as atividades interventivas com as turmas, foi possível identificar, como um dos maiores desafios, o tempo de duração dos encontros,



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

que foi curto diante de um assunto tão importante e sobre o qual a grande maioria dos/as alunos/as sentia desejo de compartilhar experiências e contribuir nas discussões relativas ao racismo vigente no país. O número de encontros também foi apontado pelos/as participantes como insuficiente. Devido à grande adesão, os/as participantes sugeriram que a escola transformasse a intervenção psicossocial em um projeto de extensão que abrangesse outros assuntos que fazem parte do cenário dos Direitos Humanos e que foram citados durante a intervenção.

A devolução dos produtos da intervenção psicossocial foi feita na Hora Cívica realizada no dia 20 de novembro, sendo esta um momento que acontece no auditório com todas as turmas do Ensino Médio. A coordenação pedagógica do Colégio Arnaldo se mostrou positivamente surpresa com a intervenção e deixou em aberto o convite para que os/as alunos/as da Faculdade Arnaldo propusessem outras intervenções no Colégio. Os/as alunos/as que participaram da intervenção produziram um vídeo com frases de combate ao racismo e utilizaram a música “Cota não é Esmola”, da cantora Bia Ferreira, para propor uma reflexão sobre o tema do racismo. Ademais, uma contribuição muito importante foi um texto produzido por um aluno que foi convidado para fazer a leitura do mesmo; devido ao seu imenso grau de reflexão, ele será transcrito ao fim das nossas considerações finais.

Ao longo da presente intervenção, um dos interventores representou a turma da disciplina da Faculdade nas atividades. Ele explanou um pouco das percepções da intervenção psicossocial e exibiu um vídeo produzido com as fotos dos encontros, além de alguns dos produtos da intervenção. Em seu término, o acadêmico finalizou sua participação na Hora Cívica agradecendo ao Colégio de modo geral pela recepção calorosa dos/as interventores/as e, particularmente, aos/às alunos/as pelas contribuições na formação dos/as acadêmicos/as.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste texto apresentar e refletir sobre os resultados de uma intervenção psicossocial mediada pela Psicologia e conduzida por acadêmicos/as desta área, cujo objetivo foi o de discutir com alunos/as do Ensino Médio sobre as diferentes manifestações do racismo contemporâneo na sociedade brasileira, seus impactos psicossociais e as distintas formas de enfrentá-lo, fazendo uso para isso, por exemplo, das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Enfatizamos a importância dessa intervenção psicossocial como uma atividade de extensão universitária, que se coloca como uma atividade acadêmica que visa a produzir diálogos e trocas de saberes entre universidade e sociedade no intuito de produzir justiça social não em uma perspectiva unilateral, mas como um espaço de mútuo aprendizado, de reconhecimento do saber do/a outro/a, bem como de encontro com o inesperado e de extrapolação do contexto das salas de aulas. Vimos que a intervenção psicossocial propiciou este encontro entre mundos diversos, colocando os sujeitos em diálogo e em sintonia com a construção de alternativas para o enfrentamento dos problemas sociais contemporâneos, que no caso em específico foi o racismo brasileiro.

Tais problematização e construção de enfrentamentos se deram a partir de recortes teóricos que nos permitem defender uma Psicologia antirracista, a qual aborda a raça em sua dimensão política e os efeitos do racismo em sua dimensão psicossocial. A construção de um mundo mais justo e igualitário só pode ser realizada com o enfrentamento das lógicas opressoras, dentre elas o racismo em suas mais diferentes manifestações. Dessa forma, a formação em Psicologia que se proponha a ser antirracista não pode se furtar ao papel de descolonizar o pensamento, desconstruir o mito da democracia racial, denunciar as práticas racistas, pautar a escola como espaço de formação e aprendizado da história do povo negro (ressaltando a importância da Lei nº 10.639 nesse processo) e propor formas de intervenção que levem os sujeitos a construir outras matrizes de pensamentos.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Acreditamos que a intervenção psicossocial realizada possibilitou produzir compreensões e enfrentamentos sobre o racismo, tomando a escola como um *lócus* de enunciação de um pensamento descolonizado, cumprindo o que determina a Lei nº 10.639 e apontando a importância que as tecnologias de comunicação e informação possuem no processo de ensino e aprendizado de adolescentes, que no mundo atual passam muito tempo de suas vidas nesses canais e podem, por meio deles, aprender, ensinar e contribuir para a existência de uma sociedade mais livre do preconceito racial e da prática de racismo.

No cômputo geral, lançamos um desafio almejando a troca de saberes, problematizações e propostas de enfrentamento acerca do racismo brasileiro e – dentre inúmeros êxitos – recebemos, por sua vez, como produto da intervenção psicossocial, um veemente texto produzido por um adolescente negro, cujas palavras (citadas a seguir) nos habilitam a anunciar que a Psicologia antirracista se faz possível em tempos de necropoder:

"Somos o sonho daqueles que lutaram por nós." Essa frase, do ator global Maicon Rodrigues, diz muito sobre o sentimento de ser negro em um país que, mesmo que o próprio presidente negue, é e sempre foi racista. Depois de muita reflexão, percebemos que o racismo estrutural dá as caras até em instituições sociais de grande importância, como, por exemplo, a escola, onde muitos negros não têm nem a chance de frequentar, onde não aprendemos nada mais que escravidão sobre a história negra e onde não nos são apresentados heróis ou personagens importantes para a história negra. Como consequência, aprendemos ter como heroína uma mulher branca, que assinou o papel que na teoria "acabou" com a escravidão, fato que acreditar é ingenuidade. Essa falta de informação sobre nossa história cria ignorantes, e o descaso para com esse assunto tão importante só aumenta, para tristeza da maioria da população brasileira, que é negra. Você que é negro, nunca abaixe a sua cabeça, porque é isso que os racistas querem! Falem até não poder mais e faça de tudo pra combater essa falta de humanidade. Você, pessoa branca, procure informações sobre o racismo, não se deixe atingir pelas tentações da apropriação cultural e levante, SIM, a bandeira antirracista para que possamos fazer a vontade de Djonga²: *fogo nos racistas*.

² Djonga é um rapper de Belo Horizonte (MG), amplamente conhecido na cena musical nacional por suas músicas voltadas para a crítica social, a reflexão sobre os problemas nas periferias e a denúncia do racismo na sociedade.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 55-80, 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141> >. Acesso em: 25/03/2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Presidência da República; Casa Civil**, Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm >. Acesso em: 13/03/2020.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CECCHIN, Airton José. Ações afirmativas: inclusão social das minorias. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar. Umuarama**, v. 9, n. 2, p. 325-354, 2006.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 1, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2175-623690670> >. Acesso em: 12/04/2020.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo brasileiro: Clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta, 2004.

FIEDLER, Regina Célia do Prado. **Políticas de extensão em universidades privadas paulistanas: análise das práticas em psicologia sob o enfoque da psicologia social comunitária**. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Práticas Psicossociais: Pesquisando e Intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MAINARDES, Jefferson; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em Educação. *In*: ANPEd. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Org.). **Ética e pesquisa em Educação: subsídios** – v. 1. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, v. 1, p. 129-132.

MARQUES, Circe Mara; DORNELLES, Leni Vieira. O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil: The myth of the absence of racial prejudice in Early Childhood Education in Brazil. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 91-107, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.21814/rpe.12270> >. Acesso em: 14/03/2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma psicologia da libertação. *In*: GUZZO, Raquel Souza Lobo; LACERDA JUNIOR, Fernando (Orgs.). **Psicologia Social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2011, p. 181-198.

MAYORGA, Claudia; DONATO, Cássia Reis; BORGES, Larissa Amorim; SOUZA, Luciana Maria de. “Psicologia Social do Racismo e a Formação em Psicologia”. **Assunção: Eureka**, v. 10, n. 2, p. 254-270, 2013.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela Anpae**, v. 27, n. 2, p. 205-221, 2011.

MONTERO, Maritza. La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. **Revista latinoamericana de Psicología**, v. 16, n. 3, p. 387-400, 1984.

MONTERO, M. **Psicología Social Comunitaria**. México: Universidad de Guadalajara, 1994.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, André Augusto Pereira (Orgs.). **Cadernos Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**, v. 5. Niterói: EdUFF, p. 15-34, 2004.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Intervenção Psicossocial: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Experiências Práticas**. São Paulo: Vetor, 2010.

RAMOS, Gabriela. ‘Aqui no Brasil não existe isso de racismo’, diz Bolsonaro em Fortaleza. **UOL**, Fortaleza, 29 jun. 2018. Eleições 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm> >. Acesso em: 04 jan. 2022.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ralações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**, v. 2, n. 4, p. 166-178, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2361> >. Acesso em: 15/03/2020.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 2, p. 28-43, 2011.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2175-623665332> >. Acesso em: (colocar a data de acesso)

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros. Educação, trabalho docente e tecnologia: percurso e tensões no processo de significação. *In*: TARDELI, Denise Áurea; PAULA, Fraulein Vidigal de (Orgs.). **O cotidiano da escola: as novas demandas educacionais**. 1. ed. São Paulo – SP: Cengage Learning, 2013, v. 1, p. 1-34.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hidelberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 172-185, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017> >. Acesso em: (colocar a data de acesso)

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível em: < http://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000 >. Acesso em: (colocar a data de acesso)



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JR., James Ferreira. Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. *In*: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Orgs.). **Psicologia e Contextos Rurais**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2013, v. 1, p. 453-476.

Recebido: 12/10/2021. Aceito: 14/12/2021.

Autoria:

Paulo Roberto da Silva Junior

Doutor em Psicologia Social pela UFMG, Docente na Faculdade Arnaldo, e pós-doutorando em saúde coletiva pela FIOCRUZ, Minas.

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-9381-5764>

E-mail: paulosilva.junior@yahoo.com.br

País:Brasil

Suelen Martins

Doutora em estudos linguísticos pela UFMG, Docente no colégio Arnaldo e na Faculdade Arnaldo

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0819-4087>

E-mail: suelen.martins@profarnaldo.com.br

País:Brasil

Marcelo Moreira dos Santos

Psicólogo pela faculdade Arnaldo e mestrando em psicologia: Cognição e comportamento pela UFMG

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1031-579X>

E-mail marcocvo@hotmail.com

País:Brasil